

## RELGES 2024

IDENTIFICAÇÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO/ES

EXERCÍCIO: 2024

### 1 – INTRODUÇÃO:

Este documento, denominado Relatório de Gestão ou RELGES, relata e analisa os principais atos e fatos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial da Câmara Municipal de Castelo, Espírito Santo, no exercício de 2024, com o objetivo de integrar as contas anuais do Poder Legislativo.

### 2 – FUNDAMENTO NORMATIVO:

O fundamento normativo deste relatório é o artigo 137, II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado - Resolução TCE/ES nº 261/2013, e suas modificações posteriores, determinando que a partir do exercício de 2013, inclusive, as contas do Legislativo fossem acompanhadas do RELGES.

### 3 – FINALIDADES:

Em linhas gerais o artigo 3º, inciso VIII, da Instrução Normativa TCE/ES nº 43/2017 conceitua o RELGES como sendo

*“(...) relatório contendo informações de natureza orçamentária, financeira, operacional, patrimonial e de gestão fiscal, organizado de forma a permitir uma visão sistêmica do desempenho do governo ou da conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos responsáveis por uma ou mais unidades jurisdicionadas”*

A segunda parte do dispositivo esclarece a sua principal finalidade: *“permitir uma visão sistêmica do desempenho do governo ou da conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos responsáveis.”*

Mais do que isso o RELGES, além de relatar e expor os fatos do passado, dando uma visão sistêmica da administração num determinado período, pode servir de base para orientar e auxiliar a tomada de decisões futuras, objetivando o aperfeiçoamento da gestão pública e o atendimento aos princípios constitucionais que regem a Administração, notadamente o da eficiência, sendo estas as diretrizes que orientaram este trabalho.

#### **4 – ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS:**

A elaboração da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2024 iniciou-se com a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Municipal nº 4.299, de 29/08/2023, onde foram traçadas as diretrizes gerais para o orçamento municipal, incluindo o da Câmara.

Tais aspirações consubstanciaram-se na Lei Orçamentária Anual, Lei nº 4.331, de 30/11/2023, destinando à Câmara R\$ 6.733.600,93 para o exercício de 2023, equivalentes a 4,32% do orçamento geral do Município de Castelo, que naquele exercício foi estimado em R\$ 155.870.391,91.

Isso representou, em relação ao exercício de 2023, uma redução de R\$ 672.619,57, ou 9,08%, considerando que a previsão orçamentária da Câmara para 2023 foi de R\$ 7.406.220,50, ou 4,32% do total do orçamento geral do Município, naquele exercício estimado em R\$ 163.935.779,50.

A redução da receita do Legislativo no exercício de 2024 se deu em valores absolutos em relação ao exercício anterior porque houve a redução do orçamento geral do município embora tenha sido reservado para a Câmara o mesmo percentual de 4,32% fixado para 2023 assegurando assim saldo suficiente para cumprir adequadamente suas metas e promover a execução de seus projetos e ações, conseguindo honrar todos os seus compromissos com agentes públicos e fornecedores, sobrando ainda recursos financeiros,

sem registrar, finalmente, qualquer dívida capaz de comprometer sua capacidade financeira, orçamentária e operacional.

Para o exercício de 2025 o orçamento da Câmara foi fixado em R\$ 6.868.272,95, equivalente a 4,02% do orçamento geral do Município - Lei nº 4.418, de 13/12/2024, estimado no total de R\$ 171.000.000,00, representando um acréscimo de R\$ 134.672,02 em relação ao exercício de 2024, equivalentes a 2%.

Pode-se afirmar que embora sensível o incremento da receita é possível antever que o orçamento vigente deve prover com suficiência as ações do legislativo.

A tabela abaixo demonstra as evoluções orçamentárias nos exercícios de 2013 a 2025:

Exercício	Orçamento Municipal (R\$)	Orçamento da Câmara (R\$)	Percentual Orçamento Municipal	Diferença Exercício Anterior (R\$)	Diferença Exercício Anterior
2013	75.997.000,00	2.942.905,97	3,87%	-	-
2014	91.496.800,00	2.948.127,00	3,23%	+ 5.221,03	+ 0,17%
2015	91.120.000,00	3.103.127,00	3,41%	+ 155.000,00	+ 5,25%
2016	88.432.971,79	3.496.000,00	3,95%	+ 392.873,00	+ 12,66%
2017	79.692.100,00	3.710.000,00	4,66%	+ 214.000,00	+ 6,12%
2018	84.700.000,00	3.847.000,00	4,54%	+ 137.000,00	+ 3,69%
2019	97.569.085,00	3.974.573,56	4,07%	+ 127.573,56	+ 3,31%
2020	105.520.000,00	4.277.714,70	4,05%	+ 303.141,14	+ 7,62%

2021	103.473.000,00	4.847.178,24	4,68%	+ 569.463,54	+ 13,31%
2022	114.628.624,00	5.034.469,14	4,39%	+ 187.290,90	+ 3,86%
2023	171.342.000,00	7.406.220,50	4,32%	+ 2.371.751,36	+ 47,11%
2024	155.870.391,91	6.733.600,93	4,32%	- 672.619,57	- 9,08%
2025	171.000.000,00	6.868.272,95	4,02%	+ 134.672,02	+ 2,00%

## 5 – ASPECTOS FINANCEIROS:

No aspecto financeiro não houve grandes inovações no exercício de 2024.

No exercício de 2021, primeiro ano da legislatura vigente, o investimento com subsídio dos Vereadores aumentou: se até o mandato encerrado em 2020 o valor do subsídio dos vereadores era de R\$ 4.900,00 (Lei Municipal nº 3.272/2012) a partir de 1º de janeiro de 2021 passou a ser de R\$ 6.900,00 mensais, conforme disposto na Lei Municipal nº 3.884, de 25 de abril de 2019, norma que assegurou aos edis, igualmente, o pagamento de 13º salário e 1/3 de férias.

O impacto de tal medida, anualmente, é de R\$ 372.320,00, já incluído o 13º e as contribuições sociais, o que entretanto foi absorvido com suficiência pelo aumento da arrecadação e pelo equilíbrio nos gastos do Legislativo já que as despesas com pessoal totalizaram 2,39% da receita corrente líquida em 2024, contra 2,52% no exercício de 2023, redução sensível que demonstra que as despesas dessa natureza estão sendo parcimoniosas e conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A redução é derivada dos sensíveis avanços que foram observados em matéria de vencimento dos agentes públicos da Câmara dado que no exercício de 2024 a única medida relevante neste campo foi a concessão de

reajuste de 4,62% a todo o quadro de servidores da Câmara pela Lei nº 4.348, de 09/02/2024, não havendo a concessão de outras vantagens como abono nem mesmo a reorganização de vencimentos de cargos e carreiras.

Assim, as despesas com pessoal em 2024, no montante de 2,39%, observa praticamente os mesmos índices dos exercícios anteriores: em 2023 a despesa foi de 2,52% da receita corrente líquida do Município contra 2,21% em 2022, 2,54% em 2021, 2,41% em 2020, 2,61% em 2019, 2,87% em 2018 e 2,97% em 2017, sendo então 2024 o segundo menor índice percentual dos últimos oito anos.

Dessa forma houve o cumprimento dos limites legais e constitucionais pelo Legislativo, tal como observado nos exercícios anteriores, o que é reforçado pela constatação de que no exercício de 2024 a Câmara restituiu aos cofres do Executivo R\$ 1.859.782,35 em recursos financeiros, demonstrando controle e equilíbrio nos gastos pois conseguiu cumprir todas as suas obrigações financeiras com servidores, vereadores e fornecedores e ainda economizou e devolveu recursos.

Para 2025 a maior previsão de aumento de despesas deve ocorrer por conta do aumento dos subsídios dos vereadores já que a partir de 1º de janeiro deste ano o valor dos subsídios mensais dos vereadores passará de R\$ 6.900,00 para R\$ 7.590,00, o que aumentará as despesas que, entretanto, aparentemente serão absorvida com suficiência pelo orçamento do Poder Legislativo, devendo assim concretizar-se a tendência de cumprimento dos limites legais e constitucionais.

## **6 – ASPECTOS OPERACIONAIS:**

Ao longo de 2024 a Câmara procurou munir-se dos instrumentos necessários para atender suas demandas e cumprir suas finalidades.

Foram celebrados, como nos exercícios anteriores, os contratos ordinariamente feitos, que envolvem os setores de publicidade e comunicação (precipualemente rádio) e administrativos, que incluem contratos para fornecimento de cópias reprográficas, materiais de consumo (papéis e combustível) além dos serviços de filmagem e transmissão online das sessões, investimentos que foram suficientemente comportados pelo orçamento, até porque não houve qualquer outra contratação que pelo seu valor ou relevância operacional seja digna de registro.

Quanto à execução dos serviços é importante salientar os esforços no sentido de continuar a implementação dos novos sistemas e procedimentos adotados pelo Poder Legislativo, em especial aqueles relativos ao registro e remessa dos dados de contratações ao Tribunal de Contas do Estado, à aplicação da nova lei de licitações e contratos – Lei nº 14.133/2021 e aqueles relativos ao programa de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas do Governo Federal (eSocial), o que fez com que servidores e órgãos do Legislativo tivessem que aumentar o seu conhecimento nas matérias tratadas para cumprir as novas exigências normativas.

## **7 – ASPECTOS PATRIMONIAIS:**

O ano de 2024 registrou poucas mudanças no acervo patrimonial da Câmara.

Ela é detentora de apenas um imóvel, qual seja, o de nº 118 da Av. Getúlio Vargas, Bairro Baixa Itália, Município de Castelo, ES, o qual lhe serve de sede.

Quanto aos móveis, os existentes sofreram as depreciações ordinárias, sem haver, no entanto, nenhum tipo de bem cujo desgaste, pelo seu uso ou outro fator determinante, tenha sido extraordinariamente alto.

Aquisição relevante foram 33 microcomputadores para uso de todas as salas/setores, bens que foram contratados em 2023 e entregues e incorporados ao ativo imobilizado em 2024.

Já os materiais de consumo seguiram a mesma sistemática dos exercícios anteriores não havendo qualquer alteração relevante quanto à natureza, valores e quantitativos.

## **8 – ASPECTOS FISCAIS:**

Este relatório abordou os aspectos orçamentário e financeiro da Câmara, apontando receitas e despesas e a evolução desses elementos ao longo do exercício passado.

Considerando que o Poder Legislativo tem como fonte exclusiva de receita os repasses dos duodécimos pela Prefeitura e que por tal motivo nenhuma medida administrativa resultará no aumento da sua receita, as únicas ações adotadas foram e serão aquelas que objetivam a austeridade nas contas públicas, aplicando a economicidade na execução dos recursos como meio de obter o equilíbrio entre receitas e despesas, o que, até o momento, vem surtindo o efeito desejado.

Neste aspecto o desempenho da Câmara pode ser considerado bom, pois, além de cumprir todos os seus encargos com pessoal e fornecedores, ainda conseguiu devolver recursos financeiros à Prefeitura em 2024, considerando que em 2025, dependendo das ações administrativas a serem implementadas, o panorama de economia deve continuar.

## **9 – CONCLUSÃO:**

Após a breve explanação concluímos que o ano de 2024 foi marcado pela constante atuação legislativa e administrativa da Câmara Municipal de Castelo, que buscou a realização de suas atividades e projetos como meio de cumprir suas finalidades institucionais, sem colocar em risco, por outro lado, a sua capacidade financeira, orçamentária e fiscal.

Mais que analisar os atos e fatos do passado, noutros momentos foram apresentadas sugestões, eis que o planejamento das ações conduzirá, certamente, a uma melhor aplicação dos recursos, permitindo alcançar economia e eficiência no serviço público em favor da austeridade e do equilíbrio fiscal.

Este relatório não tem pretensão de ser exauriente, já que a matéria é ampla, variável e comporta inúmeras interpretações, devendo registrar que seu principal objetivo é demonstrar, de maneira clara e sucinta, os principais aspectos do Poder Legislativo, não só para permitir uma análise sistêmica desses atos, e a possibilidade de cotejá-los com outros, mas para ajudar no crescimento da Câmara e do Município de Castelo, apontando as possíveis imperfeições e acertos daquilo que foi analisado, sempre em prol do direito, do interesse público e do bem comum, esperando que todos os gestores e responsáveis continuem a refletir este importante pensamento.

Castelo, ES, 17 de março de 2025.

**FELIPE SCABELLO SILVA**

Secretário de Administração